

# Duas faces da noção de segredo em psicanálise

## *Two sides of the psychoanalytic notion of secret*

---

Denise Duek Reznik\*

Pedro Salem\*\*

**Resumo:** Este artigo pretende ilustrar, utilizando como vinheta o filme francês “Um Segredo em Família”, a noção de segredo em psicanálise e suas conseqüências clínicas. O segredo é abordado a partir de duas diferentes funções para o psiquismo. De um lado, é examinado como uma condição vital para o funcionamento do eu e para a atividade de pensar. De outro, tematiza-se o segredo como um aspecto do “não-dito”, cujo efeito inconsciente se faz notar na produção sintomática do sujeito.

**Palavras-chave:** Segredo, espaço psíquico, eu, sintoma psíquico.

**Abstract:** *This article aims to illustrate, based on the narrative of the French film “Un Secret”, the psychoanalytical notion of secret and its clinical consequences. The notion of secret is approached from two different roles it plays for the psyche. On one side it is examined as a vital condition for the functioning of the self and for the activity of thinking. On the other, it is discussed as an aspect of the “not-said”, whose unconscious effect can be observed in the subject’s symptomatic expressions.*

**Keywords:** *Secret, psychic space, self, psychic symptom.*

---

\* Psicóloga, Psicanalista, Pós-graduada em Psicologia Clínica/PUC-Rio, Membro Efetivo/CPRJ.

\*\* Psicólogo, Psicanalista, Doutor em Saúde Coletiva/IMS-UERJ, Pós-doutorando do Instituto de Psicologia /USP, Associado ao Fórum /CPRJ.

Podemos entender que as crianças mintam quando, assim procedendo, estão imitando as mentiras ditas por adultos (Freud, 1913).

Em um texto publicado em meados da década de setenta e intitulado *Le Droit au secret: condition pour pouvoir penser*, a psicanalista Pierra Aulagnier (1976) se inspira na seguinte questão para desenvolver seu argumento central: como lidar com o segredo do paciente em análise se, em última instância, uma das condições fundamentais do trabalho analítico se estabelece justo em torno de uma espécie de “pacto” segundo o qual deve-se “tudo dizer” ao analista? Como conciliar a exigência analítica de estimular o paciente a comunicar seus próprios pensamentos sem despossuí-lo da possibilidade de nem tudo dizer? Ou ainda, como provocar uma situação que possui como condição de eficácia a introdução de fatores cujo risco seria o de induzir os mesmos efeitos de alienação que procura combater?

Por trás de tais perguntas existe um pressuposto que orienta o texto de Aulagnier: o de que o segredo funciona como uma condição para se poder pensar. É precisamente em torno desta ideia que se ancora a originalidade do argumento da psicanalista e a dispõe em contraste com o significado prevalente da noção de segredo em psicanálise, segundo o qual, de modo geral, este constituiria uma das manifestações de um “não-dito” no seio de uma estrutura familiar que tenderia a marcar de modo traumático e indelével a formação e a dinâmica do psiquismo. A valorização do segredo como um elemento indispensável ao funcionamento mental, conforme proposta por Aulagnier, parece se antagonizar ao modo corrente através do qual a questão é tratada desde as contribuições da teoria lacaniana ao pensamento psicanalítico. Françoise Dolto (1980), por exemplo, claramente orientada por esta corrente psicanalítica, constituiu um dos expoentes cuja prática teórico-clínica ajudou a revelar o caráter negativo e danoso que o segredo pode representar para o psiquismo individual. De fato, sua grande sensibilidade clínica permitiu que depreendes-se de sua larga prática psicanalítica e da experiência com crianças institucionalizadas o ensinamento de que é necessário que uma certa dinâmica intersubjetiva se instale para permitir que a criança se constitua como sujeito. Tal processo, segundo Dolto, depende do reconhecimento de sua história pelo Outro que pode, por meio de um jogo intersubjetivo fundador da consistência psíquica do sujeito em formação, restituí-la à criança. Para Dolto, o sintoma se ancora invariavelmente na estrutura familiar, sendo o efeito, no psiquismo da criança, daquilo que é negado no discurso dos pais. Como veremos adiante,

dessa ótica o segredo se torna um fator que contradiz os processos de constituição da subjetividade, posto usurpar da criança o acesso àquilo que constituiria seu mais precioso bem: sua própria história.

O objetivo deste artigo é justamente o de explorar as duas dimensões do segredo acima ventiladas. Ainda que significadas de modo bastante diferente, entendemos que ambas as faces do segredo aqui examinadas não se dispõem de modo excludente. Tratam, antes, de experiências bastante distintas e dizem respeito a dimensões de impacto clínico extremamente relevante e freqüente, cujos impasses produzidos no contato transferencial com os pacientes dificilmente encontram soluções fáceis ou saídas simples. Nesse sentido, ainda que boa parte das reflexões aqui contidas tenham se originado de situações e discussões clínicas, optamos por debatê-las em torno de um filme, projetado no Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro em evento de homenagem aos 10 anos da Oficina Clínica coordenada pelo Dr. Paulo Sergio Lima Silva.

*Un secret*, recentemente visto no Brasil sob a tradução para o português de *Um segredo em família*, é baseado em um livro homônimo do psicanalista francês Philippe Grimbert. O filme narra sua própria história, contada em primeira pessoa por um menino cujo crescimento é marcado pelo convívio – até certo ponto inconsciente – com um segredo familiar. Sem sabê-lo e sem poder nomeá-lo, François<sup>1</sup> desenvolve-se sob a influência da privação de uma importante parte de sua história familiar pregressa, à qual tem acesso apenas na adolescência. Ele é fruto da segunda união de seu pai, que perde a esposa e seu primeiro filho quando deportados para um campo de concentração nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Passada a Guerra, contudo, François nasce de uma nova família, composta agora da união de seu pai com a cunhada. Seu nascimento é marcado pela necessidade de abolição de todo o passado familiar, já que as circunstâncias trágicas da morte da primeira mulher de seu pai e de seu irmão, aliadas à culpa originada do apaixonamento de seu pai pela cunhada, se enquistam como traumas no meio social e familiar que freqüentam. De todo o passado banido sobra François que, no presente, deve, segundo o ideal paterno, ocupar o lugar do filho perdido, que até sua própria morte mantinha-se fortemente alinhado aos traços identificatórios paternos. François, incapaz de encaixar-se na rigidez e austeridade deste ideal, fantasia um irmão imaginário com o qual se comunica e convive mas que, pelo peso do segredo familiar, acaba por se tornar um perseguidor implacável, cobrando-lhe um modo de ser cujo preço François não pode pagar.

<sup>1</sup> François é o nome do personagem que representa, no filme, o psicanalista Philippe Grimbert.

## O segredo como condição de pensar

Como afirmado, em seu artigo Pierra Aulagnier evita o sentido patogênico que salta aos olhos do espectador ao reconhecer na história de François a ocultação deliberada pelos pais de uma parte de sua história familiar. Ela defende que o segredo, paralelamente aos “efeitos de contaminação mórbida” que é capaz de produzir, é tributário de uma função central nos processos de constituição subjetiva e em sua dinâmica posterior.

Sendo breve, sua tese central é a de que o segredo constitui uma “condição vital” para o funcionamento do eu. Mais do que isso, o direito de manter os próprios pensamentos secretos e protegidos do olhar do outro deve ser uma conquista do eu, o resultado de uma vitória que opõe a necessidade de autonomia da criança ao desejo materno de um cuidado intensivo. O segredo, conforme descrito pela autora, representa a possibilidade de a criança proteger-se na onipotência do outro que, se necessária no início da vida para significar os estados pulsionais infantis, pode também tornar-se um cárcere que impede a instalação da diferença entre o eu e o outro. A identificação primária descrita por Winnicott (1945/2000) e os processos empáticos que marcam o início da relação mãe-bebê, se não sofrem a deflação própria ao fracasso materno e à desilusão, alimentam um estado de indiferenciação no qual não há espaço para o segredo individual. Assim, ainda que, segundo Bollas (1976), mãe e bebê habitem o “espaço secreto de uma cultura privada”, tal condição deve dar lugar à instalação de uma separação entre ambos, provocada pela iniciação da criança “na ordem simbólica de seu mundo social” (Bollas, 1976:241). Enquanto Aulagnier lembra que esse processo constitui uma conquista por parte do bebê, Bollas ressalta que sua consecução depende de a mãe compreender que a subjetivação de seu filho depende da traição deste segredo compartilhado. A desilusão que provoca em seu filho ao quebrar este pacto secreto entre dois, inserindo-o na ordem simbólica, se apresenta como uma das condições da formação de um espaço (psíquico) para o segredo individual, condição essencial para o funcionamento de um eu autônomo. Desse modo, se a mãe precisa supor saber o que se passa com seu bebê podendo olhar para ele cumprindo a função de espelho (1967/1975), precisa também, aos poucos, reconhecer que não sabe tudo, sob o risco de violar sua experiência nascente de self.

Freud nos lembra que inevitável é, para a criança, a descoberta de que muitas das perguntas que formula acerca de sua origem possam estar sendo tratadas com a imposição do silêncio ou de mentiras. A dúvida e a desconfiança, trocadas pela certeza inicial própria às teorias sexuais infantis, passam a

modelar seu conjunto de percepções e o valor simbólico que assumem para seu narcisismo. Segundo Aulagnier, é justamente a perspectiva de que os pais estejam ocultando peças do quebra-cabeças de sua própria origem e história que gera na criança a possibilidade de mentir. Como diz Freud, as crianças, depois de terem sido uma vez enganadas sobre a origem dos bebês, “começam a desconfiar dos adultos e a suspeitar que estes lhe escondem algo proibido, passando como resultado a manter em segredo suas investigações posteriores” (Freud, 1908:217).

Dito de outro modo, a mentira dos pais autoriza a capacidade que a criança adquire de deliberar sobre os pensamentos que deseja ou não comunicar. Mais do que isso, afirma Aulagnier, “se descobrir capaz de mentir, descobrir que o Outro pode crer num enunciado mentiroso, representa o primeiro e mais decisivo golpe na crença da criança acerca da onipotência parental” (1976:149). Estes são, de modo geral, os elementos que fazem Aulagnier conferir ao segredo um valor constitucional para o sujeito, uma condição de possibilidade para a formação de um espaço psíquico no eu cujo acesso ao outro poderia ser negado. Além de fazer com que a mãe venha compulsoriamente a aceitar que nem sempre sabe aquilo que seu filho pensa, o segredo acaba por expô-la à necessidade de aprender a deixar a criança experimentar o prazer e o jogo solitário do pensamento e do poder de criá-los. O segredo, compreendido deste modo, inaugura uma primeira experiência de privacidade da criança. Pensar secretamente é, nesse sentido, a afirmação de um ato de liberdade.

Vale notar que o prazer que o sujeito experimenta com a incomunicabilidade de uma área de sua atividade psíquica constitui uma espécie de antídoto contra a imposição de tudo dizer. Aulagnier enfatiza a importância da satisfação que o eu – agente da atividade de pensar – pode ter tanto com a presença de pensamentos secretos quanto com sua criação. Lembra, contudo, que tais atividades “não acompanham nem visam o prazer de uma zona erógena nem o prazer orgiástico” (Aulagnier, 1976:147). A satisfação de pensar secretamente estaria mais próxima daquilo que a autora define como de um tipo particular de “prazer narcísico”, que nos parece afinado com as modalidades de satisfação que Winnicott relaciona à criatividade e às experiências transicionais.

É justamente este direito de usufruir prazerosamente da própria atividade de pensar que estaria perdida na psicose. Com efeito, a liberdade de deliberar acerca da possibilidade de comunicar ou não os próprios pensamentos é algo do que o funcionamento psicótico muitas vezes não consegue dispor. A experiência de ser despossuído de toda possibilidade de escolha sobre seu silêncio e sua privacidade e mesmo de preservação de sua identidade é ameaçada dian-

te do olhar perscrutador e perseguidor do outro, que tudo pode ver. Pensamento e prazer constituem, para o psicótico, experiências freqüentemente antinômicas. Nesse sentido, “pensar secretamente” é descrito pela autora como o correlato direto da possibilidade de “fantasiar conscientemente”. Sem o direito ao segredo, restaria ao eu a obrigação de dispensar parte preciosa de sua energia para o recalque, tornado aqui o último bastião na tentativa de esquivar-se da transparência em relação ao outro. O risco, adverte Aulagnier, seria o de o sujeito “empobrecer perigosamente seu capital ideativo”, fazendo com que este silêncio imposto pelo recalque contaminasse o conjunto de temas e termos próximos àquilo que se pretende ocultar.

A possibilidade de fantasiar se torna assim uma condição da opacidade do eu em relação ao outro e, conseqüentemente, da capacidade de poder guardar pensamentos em segredo. Um dos fantasmas que costumeiramente assusta o obsessivo – o de que suas fantasias possam involuntariamente romper a barreira que as separam da realidade e da proteção alheia – se torna, na psicose, uma verdadeira catástrofe. Se é, portanto, verdade que comunicar os pensamentos faz parte do funcionamento psíquico normal e de suas condições vitais, também o é o fato de que tal situação coexiste com “a possibilidade para o sujeito de criar pensamentos que tem como único fim trazer ao eu que os pensa a prova da autonomia do espaço que ele habita e da autonomia de uma função pensante que ele está só em poder garantir” (Aulagnier, 1976:146).

Retornando ao filme, podemos perceber que este não é, de fato, o principal segredo aí tematizado. François não vive a experiência de um segredo escolhido, mas os efeitos de um segredo imposto. Não usufrui da capacidade de privar o outro de seus pensamentos, de garantir sua liberdade e sua experiência identitária. Sofre, ao contrário, os efeitos alienantes e dolorosos de uma situação cuja divulgação lhe é interdita. Como diria Dolto, privado de uma parte fundamental da história familiar e, nesse sentido, desposuído de parte de sua própria história, François “sofre sem que lhe seja permitido reconhecer ou conhecer a verdade que percebe de maneira sutil e cujas palavras justas, para traduzir sua experiência, ao lhe faltarem, levam-no a sentir-se estranho, objeto de um mal-estar mágico e desumanizante” (Dolto, 1980:17).

Se de início, o irmão-imaginário que François cria em sua fantasia, antes mesmo de saber da existência real do irmão falecido, poderia até ter tomado o lugar de um cúmplice secreto de suas conquistas, acertos, dúvidas e frustrações privadas – um amigo imaginário –, ele logo se torna um perseguidor implacável borrando os limites entre o ideal de eu e o superego, reenviando-lhe,

permanentemente, às experiências de fracasso e de culpa diante das exigências do narcisismo de seu pai. O segredo da existência de um irmão imaginário, com o qual convive e se relaciona, dá lugar à necessidade imperiosa de partilhá-lo com seus pais, de trazê-lo para a

mesa de jantar, de aproximá-lo do convívio familiar de modo a que deixe de ser só seu.<sup>2</sup> François não pode, não deve e não quer carregar esse fardo coletivo sozinho. Este irmão-fantasma, de fato, nunca foi só seu e, por isso mesmo, nunca foi nem funcionou como um segredo. Partilhar sua experiência “quase secreta” com os pais, incomodá-los com o que sabe sem saber que sabe possui, talvez, o duplo sentido de denunciar o que se pretendia calar e, paralelamente, confirmar o fracasso do ideal paterno de maneira a afirmar a sobrevivência de sua própria subjetividade.

### **A transmissão psíquica entre as gerações**

Mazzarella (2006), cujo trabalho versa sobre a transmissão psíquica entre as gerações, ressalta que o processo de constituição da subjetividade só se faz com base naquilo que é transmitido ao sujeito em formação. Reconhecendo no Outro o ponto de partida deste processo, ela sugere que a relação intersubjetiva estabelecida com o sujeito define o lugar do qual é falado ou pensado. Contudo, não é só da positividade que se faz uma pessoa, posto sempre haver um elemento de negatividade, algo que não foi dito ou representado. Nesse sentido, ela propõe pensar como, a partir de algo não representado na história, é possível construir uma narrativa própria do sujeito que, no entanto, se mantenha referida ao pertencimento familiar. Segundo ela, “a herança genealógica é constitutiva e fundante da vida psíquica de todo ser humano”, porém, cada um maneja e remaneja este material ao longo da vida de modo a ter um jeito próprio de ser herdeiro. Tal trabalho psíquico diz respeito a fazer da herança algo transformado e simbolizado, ou seja, algo próprio, sob pena do sujeito permanecer alienado na história familiar, sem conseguir posicionar-se em relação a ela. François ilustra tal processo na medida em que, submetido a um elemento não revelado de sua história, encontrava-se impedido de cessar um movimen-

---

<sup>2</sup> Numa nas cenas do filme, François coloca um prato a mais na mesa de jantar e pede a seus pais que sirvam seu irmão imaginário como fazem com ele próprio. Desperta, assim, profunda irritação no pai que nega veementemente a presença de um quarto elemento à mesa, além de François e seus pais. Ainda sem saber da anterior existência do irmão, François parece denunciar o segredo em família ao insistir em fazer os pais reconhecerem aquele membro fantasma.

to de repetição e de esforço constante de adequação a um ideal ao qual permanecia aprisionado.

No texto *Totem e tabu* (1913), Freud afirma que “todos possuem, na atividade mental inconsciente, um aparato que os capacita a interpretar as reações de outras pessoas, isto é, a desfazer as deformações que os outros impuseram à expressão de seus próprios sentimentos” (Freud, 1913:188), deixando claro o aspecto da transmissão através das gerações, mesmo inconsciente. Ocorre que, na medida em que aquilo que é transmitido permanece forçosamente oculto e interdito ao sujeito, acaba por promover seus efeitos através da compulsão a repetir ou de *actings out*, ambas forma de trazer para o presente a verdade esquecida. Como afirma Dolto, “a ausência de esclarecimentos verbais às perguntas explícitas ou implícitas da criança, sensibilizada tardiamente por um acontecimento traumático que permaneceu incompreendido (...)” acaba por deixar o sujeito vulnerável a qualquer fator que ponha à prova seu narcisismo.

De acordo com Safra, também citado por Mazarella, o bebê pode se defrontar, ainda no berço, com três situações distintas: uma missão, um enigma ou uma questão. Na situação de enigma, afirma ele, o bebê experimenta uma “suspensão de si”, já que se encontra submetido a algo que não pode ser formulado, justamente por não poder ser dito ou pensado. A criança pressente e sofre ao ser portadora deste enigma, ansiando encontrar-se com um outro sujeito que possa preencher o ponto de ruptura de sua história. Trata-se de um “sofrimento sem palavras”, cujo caráter patogênico é dado justamente pela participação da criança numa situação real que lhe é ocultada mas da qual está informada de maneira inconsciente.

É precisamente a dimensão negativa da transmissão psíquica entre as gerações que a história de François, retratada no filme, nos leva a considerar. Permanecendo em “estado bruto”, sua vivência se manifesta sob a forma de sintomas que se encarregam de tentar inscrever no seu psiquismo o que permanecia alijado do registro das palavras. A insistência com que o segredo familiar buscava se inscrever por meio de François alude à teorização de Dolto acerca do psiquismo neurótico. Segundo ela,

naquele ponto em que a linguagem termina, é o comportamento que continua a falar, e quando se trata de crianças perturbadas, é a criança que, pelos seus sintomas, encarna e presentifica as conseqüências de um conflito vivo, familiar ou conjugal, camuflado e aceito por seus pais (Dolto, 1980:13).

Desse modo, a criança que recebe, através da transmissão em negativo, mensagens enigmáticas e incompreensíveis, delas se torna depositária e forçosamente herdeira. É essa impossibilidade de simbolização que impede a estruturação, favorecendo a alienação e a insistência daquilo que não pôde ser elaborado e que acaba por se manifestar em ato.

A psicanalista Miriam Debieux Rosa (2000), autora do livro *Histórias que não se contam: o não-dito e a psicanálise com crianças e adolescentes*, ressalta o efeito nocivo gerado pela supressão de significantes fundamentais que participam do processo de constituição subjetiva. Na ausência de tais significantes, afirma ela, o sujeito pode permanecer apegado a um único significado, tendo assim reduzido seu repertório de identificações. Aqui o não-dito passa a relacionar-se com o sintoma, aprisionando a criança no terror de uma verdade única e lançando-a numa repetição desatualizada e fora de contexto. Na repetição em ato do não-dito familiar, a criança ou o jovem não se reconhecem no que fazem. Alegam inocência em seus atos ou simplesmente negam ter agido, atitudes constantes nos distúrbios de comportamento. O fazer fica perturbado quando se estabelece fora da apreciação do eu, assim como, muitas vezes, a própria capacidade de aprender.

Em sua descrição dos efeitos subjetivos provocados pelo não-dito familiar, a autora vai à procura daquilo que parece opor resistência ao dizer. Afirma que “os pais, ao dizerem sobre as mazelas, temem perder o controle, a autoridade e a direção das normas, ideais e valores que pretendem transmitir (...)”. Temendo a imprevisibilidade das reações dos filhos procuram igualmente não falar “de sua história como forma de evitar enfrentar a ferida narcísica e a angústia que tais temas desencadeiam neles mesmos” (Rosa, 2000:3). Supondo, contudo, que estão poupando os filhos de temas potencialmente traumáticos, acabam por promover a alienação sem calcular o risco do silêncio imposto.

Somando argumentos à descrição de Rosa, o psicanalista francês René Kaës encontra no acordo inconsciente de enquistamento, forclusão ou recusa de uma determinada vivência familiar a possibilidade de preservação do vínculo entre os membros de uma família. Através do que chamou de “pacto denegativo” ou “contrato familiar sobre o negativo”, este autor sinaliza outra estratégia de promoção do segredo que, segundo ele, retrata o modo como a denegação do traumatismo pela família pode se tornar tão ou mais violento do que a própria situação traumática.

Numa espécie de síntese das duas faces do segredo tratadas nesse artigo, Rosa considera, por um lado, que a subtração de certos significantes da história de um sujeito podem resultar na sua alienação ao produzir uma imagem

estática, definitiva e resumida a um só dito e a uma só versão subjetiva. Por outro, em certa medida afinada à tese de Aulagnier, a autora discorre sobre uma função alternativa do silêncio. Segundo ela,

calar parece tanto preservar as vivências, agradáveis ou traumáticas, mantidas incólumes, inquestionáveis, como mantê-las inacessíveis ao Outro e aparentemente sob controle de quem se cala. Nesta medida, calar pode ter função de alienação por dois lados: por manter-se no refúgio narcísico e por manter-se submetido a uma ordem instituída como condição para pertencer ao grupo. Mas calar pode ter como função a separação – pois calando a criança pode manter a recusa à realidade imposta pelo adulto, uma vez que o calar abre a possibilidade do diálogo interior, diálogo para o outro em nós. Ele pode facilitar a criação do imaginário ao manter algo íntimo, inacessível ao outro (Rosa, 2000:3).

Ambas as perspectivas sobre o segredo aqui examinadas resultam em conseqüências clínicas diversas e, conseqüentemente, incitam posições também bastante distintas por parte do analista. O segredo que se constitui como uma das expressões do “não-dito”, ao provocar os efeitos subjetivos acima mencionados, requer do analista a tarefa de permitir a ligação entre os significantes interditados e a atividade de produção de sentido. Como afirma Mazzarella, para se fazer uma história própria e ao mesmo tempo inscrever-se numa genealogia, é necessária a criação de um mito acerca da origem; ou seja, é preciso ter algum acesso à origem para que se venha atribuir um sentido à existência. Desse modo, quando se trata de um segredo imposto ao sujeito, ou seja, quando os elementos fundamentais da história familiar estão segregados, “a análise tem como desafio a reconstrução de uma narrativa capaz de integrá-los e para que o analisando, posicionado diante de sua ascendência, construa ao mesmo tempo um pertencimento e uma existência singular”. Tal reconstrução, sugere ela, é o que irá promover modalidades de inscrição do não-dito, de modo a alargar o escopo de identificações do sujeito. Paralelamente, elaborar a ferida narcísica e a angústia que o “não-dito” provoca nos pais também poderia ser incluído no horizonte analítico, na medida em que viesse a promover a articulação entre o não-dito e a própria história familiar.

Tomando o segredo como uma condição necessária ao funcionamento do eu, Aulagnier também discorre sobre aspectos de grande valor clínico. De

modo geral, seus comentários giram em torno do cuidado que se deve ter para não transformar a experiência analítica em algo alienante, o que poderia ocorrer em função de uma atitude interpretativa exagerada, que viesse a usurpar do paciente o prazer de pensar e criar pensamentos. De fato, na contramão de uma possível “artilharia interpretativa”, o fundamental é que

durante uma primeira fase da análise, [se possa] ajudar o sujeito a investir uma experiência de prazer que ele sempre tomou como interdita: experimentar o prazer de criar idéias, pensar com prazer e não pagar o direito de comunicar seus pensamentos com a obrigação de fazê-lo sempre e sem descanso (Aulagnier, 1976:155).

Aulagnier é criteriosa ao referir-se, nessa passagem, à importância de o sujeito poder experimentar satisfação com a atividade de pensar “durante uma primeira fase da análise”. Não quer com isso, supomos, restringir o valor da satisfação ligada ao pensamento apenas ao início do processo analítico. Ela deve, dentro do possível, fazer parte da experiência analítica como um todo. Todavia, por um lado Aulagnier parece caracterizar esse modo de satisfação como uma condição para o tratamento e, quem sabe, para o próprio estabelecimento da transferência. Por outro, parece ainda querer poupar-se da ingenuidade de reduzir a totalidade do processo analítico às experiências de prazer com a atividade de criar pensamentos. Evitando assim os excessos de benevolência com o pensar, é clara ao considerar que, para além dessa modalidade de prazer, a análise deve sempre levar em conta o modo como o eu pode manter-se subjugado às forças pulsionais que incitam-no à repetir e, além disso, ao gozo que pode daí advir.

Isso posto, Aulagnier é clara quanto à importância de se poder reconhecer que, em relação a alguns pensamentos, pode não haver o que interpretar. Afina-se assim à crítica que Winnicott também dirige aos excessos da atividade interpretativa, quando lembra que em determinadas passagens de uma análise a própria coesão de idéias pode cumprir uma função defensiva. Em momentos de relaxamento ou não-integração do paciente, valorizados por Winnicott como uma das expressões das experiências transicionais, é preciso que o analista possa aceitar a presença de “seqüências de pensamento aparentemente desconexas (...) sem presumir a existência de um fio significante”. Aqui, afirma o autor, corre-se o risco de fazer naufragar uma “oportunidade de repouso (...) devido à necessidade que o terapeuta teve de encontrar sentido onde não existe” (Winnicott, 1971a:82).

Assim como Aulagnier, Winnicott faz sobressair a importância de momentos onde a própria atividade de pensar se sobressai relativamente ao valor do conteúdo pensado. Poder, assim, estabelecer uma trégua em relação à imposição de duvidar e verificar aquilo que é pensado – exigências das quais o eu não pode fugir para participar de sua “aventura cultural” –, e “simplesmente gozar do prazer ligado ao pensamento” constitui, segundo Aulagnier, uma atividade tão essencial para o funcionamento dessa instância quanto o sonho para a atividade psíquica.<sup>3</sup>

Nesse sentido, pensar secretamente e poder obter satisfação com essa atividade são elementos imprescindíveis à análise que, no entanto, não devem se restringir à atividade solitária do paciente. De acordo com Aulagnier, é fundamental para a realização de um projeto analítico que analista e paciente possam estar dispostos a arriscar-se a descobrir pensamentos que coloquem em cheque conhecimentos mais seguros – seja em relação à si mesmos ou às suas teorias –, deixando, por vezes, espaço para que a própria satisfação com o pensar e com sua criação encontrem função nas sessões.

### Tramitação

Recebido em 22/07/2010

Aprovado em 10/08/2010

**Denise Duek Reznik**

e-mail: dreznik@uol.com.br

**Pedro Salem**

e-mail: pedrosalem@terra.com.br

### Referências

AULAGNIER, Pierra. Le droit au secret: condition pour pouvoir penser. In: *Du secret*. Nouvelle Revue de Psychanalyse, Paris: Éditions Gallimard, n. 14, 1976, p. 141-158.

AZEVEDO, Marcia Maria dos Anjos. *Os prejuízos do segredo familiar em nome do amor*. Disponível em: <<http://www.uff.br/labpsifundamental/arquivos/osprejuizosdosegredo.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

<sup>3</sup> Note-se, aqui, novamente a semelhança entre a idéia de Aulagnier segundo a qual o eu deve poder dar trégua à dúvida, ao modo como Winnicott descreve a função das experiências transicionais. Segundo ele, elas constituem uma “área intermediária de experimentação” na qual o sujeito pode repousar da “perpétua tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas” (Winnicott, 1971b:15).

- BOLLAS, Christopher. Le langage secret de la mère et de l'enfant. In: *Du Secret*. Nouvelle Revue de Psychanalyse, Paris: Éditions Gallimard, n. 14, 1976, p. 241-246.
- DOLTO, Françoise. Prefácio. In: MANNONI, M. *A primeira entrevista em psicanálise*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 9-30.
- DOLTO, Françoise; HAMAD, Nazir. *Destinos de crianças*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FREUD, Sigmund. (1908). *Sobre as teorias sexuais das crianças*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 9)
- \_\_\_\_\_. (1913). *Duas mentiras contadas por crianças*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. (ESB, v. 12).
- \_\_\_\_\_. (1913). *Totem e Tabu*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. (ESB, v. 13).
- \_\_\_\_\_. (1939). *Moisés e o monoteísmo*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. (ESB, v. 23).
- MAZZARELLA, Tatiana-Ingles. *Fazer-se herdeiro: a transmissão psíquica entre as gerações*. São Paulo: Escuta, 2006.
- ROSA, Miriam Debieux. *O não-dito como operador na clínica com crianças e adolescentes*. Disponível em: < [http://www.estadosgerais.org/gruposvirtuais/o\\_ nao\\_ dito.shtml](http://www.estadosgerais.org/gruposvirtuais/o_ nao_ dito.shtml)>. Acesso em 12 out. 2009.
- WINNICOTT, Donald Woods. (1945). Desenvolvimento emocional primitivo. In: \_\_\_\_\_. *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2000. p. 218-232.
- \_\_\_\_\_. (1967). O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In: \_\_\_\_\_. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. p. 153-162.
- \_\_\_\_\_. (1971a). O Brincar: a atividade criativa e a busca do eu. In: \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Imago, 1975. p. 79-93.
- \_\_\_\_\_. (1971b). Objetos e fenômenos transicionais. In: \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Imago, 1975. p. 13-44.